

## LINGUISTAS E MÍDIA: UM EPISÓDIO EXEMPLAR

### *Linguists and the mass media: an exemplary episode*

Sírio Possenti\*

#### RESUMO

Este artigo, que deriva de colunas publicadas na mídia, apresenta sumariamente a posição da linguística em relação à questão tradicional “certo / errado”. Retoma aspectos do debate sobre um livro didático que incluía uma aula sobre uma questão de variação linguística e faz a denúncia de que a mídia considerou novo um fato velho, aparentemente sem ler o livro em questão.

Palavras-chave: *linguística; variação; ensino; erro; regra.*

#### ABSTRACT

This paper - which stems from columns I published in the media - , briefly presents the take of Linguistics concerning the traditional issue of "right and wrong" in language. It takes up again some aspects of a recent debate about a textbook that brought up a lesson on the matter of linguistic variation, and it decries that the media portrayed an old fact as new, apparently without having read the book under discussion.

Keywords: *Linguistics; variation; teaching; error; rule.*

\* IEL –Unicamp / CNPq / FESTA

Acontecimentos como o debate sobre o livro *Por uma vida melhor* revelam alguns aspectos da questão da “divulgação” de pesquisas e sobre sua aplicabilidade.

Em primeiríssimo lugar está a do choque entre os resultados de uma análise “baconiana” dos dados ou fatos e as análises que derivam de outros critérios, em especial os da tradição, essencialmente normativos. A questão é tanto mais polêmica quanto mais se tratar de uma zona ideologizada. Ora, a língua é uma dessas zonas, talvez a mais marcada de todas. No caso em tela, pode ser formulada assim: o que é, afinal, uma língua (o português)? Uma língua “pode” incluir “erros”? Como aceitar, de um ângulo, ou convencer alguém, de outro, que pode haver mais de uma forma “certa”? Ou, ainda, que uma das questões é o próprio sentido da palavra “certo” (e de outras, especialmente de “regra”)?

Em segundo lugar está a complexa problemática do ensino: pode-se ensinar o que é “certo” levando em conta, analisando, comparando outras formas, ditas erradas? Deve-se passar por este estágio? As formas “erradas”, que são usuais, e agora ditas “adequadas”, também precisam ser ensinadas? As numerosas manifestações de “leigos” mostrou claramente a enorme simplificação do tema na “sociedade”, representada pela mídia, que agora também dá voz aos cidadãos comuns. Que não erraram mais que os “intelectuais”, diga-se de passagem.

No fundo, trata-se da relação entre pesquisa linguística e gramática normativa, por um lado, e sobre estratégias de ensino, de outro. A segunda questão pode ou não emergir das próprias pesquisas linguísticas, ou de alguma das interdisciplinas: psicolinguística e sociolinguística, sem considerar questões semânticas e pragmáticas e todas as investigadas pelas teorias de texto e de discurso.

O que se segue é uma apresentação dessas questões, em uma colagem de diversos pequenos textos publicados na mídia no calor do debate, um pouco adaptados, apenas para eliminar as marcas demasiadamente contextuais.

## ACEITAM TUDO?

De vez em quando, alguém diz que linguistas “aceitam” tudo (isto é, que acham *certa* qualquer construção). O comentário aparece frequentemente nas intervenções dos leitores, um pouco espantados com a apresentação das regras que comandam os diversos dialetos, lidas não como análise, mas como defesa de seu ensino e da substituição das formas “antigas” pelas “novas”.

Comento a afirmação – na verdade, uma acusação - “aceitam tudo”. Primeiro: duvido que alguém encontre esta afirmação em qualquer texto de linguística. É uma avaliação simplificada, um simulacro da posição dos linguistas em relação a um dos tópicos de seus estudos - a questão da variação ou da diversidade interna de qualquer língua. Vale a pena insistir: de qualquer língua.

Segundo: “aceitar” é um termo completamente sem sentido quando se trata de pesquisa. Imaginem o ridículo que seria perguntar a um químico se ele aceita que o oxigênio produza combustão, a um físico se aceita a gravitação, a um ornitólogo se aceita que um tucano tenha bico tão desproporcional, a um botânico se aceita o cheiro da jaca, ou mesmo a um linguista se aceita que o inglês não tenha gênero nem subjuntivo e que o latim não tivesse artigo definido.

Não só não se pergunta se eles “aceitam”, como também não se pergunta se isso tudo está *certo*. Como se sabe, houve época em que dizer que a Terra gira ao redor do sol dava fogueira. Semmelweis foi escorraçado pelos médicos que mandavam em Viena porque disse que eles (e os estudantes e parteiros) deveriam lavar as mãos antes de certos procedimentos (por exemplo, quem saísse de uma autópsia e fosse verificar o grau de dilatação de uma parturiente).

Ou seja: não se trata de aceitar ou de não aceitar nem de achar ou de não achar correto que as pessoas digam *os livro*. Um linguista “anota” os dados e tenta encontrar uma regra, isto é, uma regularidade, uma lei (não uma ordem, um mandato).

O caso é manjado: nesta variedade do português, só há marca de

plural no elemento que precede o nome – artigo ou numeral (*os* livro, *duas* lata, *dez* real, *três* quilo). Se houver mais de dois elementos, a complexidade pode ser maior (*meus dez livro, os meus livro verde* etc.). O nome permanece invariável. O linguista vê isso, *constata* isso. Não só na fila do supermercado, mas também em documentos da Torre do Tombo anteriores a Camões. Portanto, mesmo na língua escrita dos sábios de antanho.

O linguista também constata *the books* no inglês, isto é, que não há marca de plural no artigo, só no nome, como se o inglês fosse uma espécie de avesso do português informal ou popular. O linguista aceita isso? Ora, ele não tem alternativa! É um dado, é um fato, como a combustão, a gravitação, o bico do tucano. O linguista diz que a escola deve ensinar formas como *os livro*? Esse é outro departamento, ao qual volto logo.

Faço uma digressão para dar um exemplo de regra, porque este é um conceito problemático. Se dizemos “as cargas”, a primeira sílaba desta sequência é “as”. O “s” final é surdo (as cordas vocais não vibram para produzir o “s”). Se dizemos “as gatas”, a primeira sílaba é a “mesma”, mas nós pronunciamos “az” – com as cordas vocais vibrando para produzir o “z”. Por que dizemos um “z” neste caso? Porque a primeira consoante de “gatas” é sonora, e, por isso, a consoante que a antecede também se sonoriza. Quem não acredita pode ir a um laboratório e fazer um teste. Ou, o que é mais barato, pode colocar os dedos na sua garganta e dizer “as gatas”: perceberá a vibração. Mais: se dizemos “as asas”, não só dizemos um “z” no final de “as”, como também reordenamos as sílabas: dizemos as.ga.tas e as.ca.sas, mas dizemos a.sa.sas (“as” se dividiu, porque o “a” da palavra seguinte puxou o “s/z” para si). Dividimos “asas” em “a.sas”, mas dividimos “as asas” em a.sa.sas.

Volto ao tema do linguista que aceitaria tudo. Para quem só teve aula de certo / errado e acha que isso é tudo, especialmente se não tem nenhuma formação histórica que lhe permita saber que o certo de agora pode ter sido errado antes, pode ser difícil entender que o trabalho do linguista é completamente diferente do trabalho do professor de português.

Não “aceitar” construções como as acima mencionadas ou mesmo algumas mais “chocantes” é, para um linguista, o que seria para um

botânico não “aceitar” uma gramínea ou uma flor.

Proponho o seguinte experimento mental: suponha que um descendente seu nasça no ano 2500. Suponha que o português culto de então incluía formas como “A casa *que eu moro nela mais os dois armário vale 300 cabral*” (acho que não será o caso, mas é só um experimento). Seu descendente nunca saberá que fala uma língua errada. Saberá, talvez (se estudar mais do que você), que um ancestral dele falava formas arcaicas do português, como 300 *cabrais*.

Outro tema: o linguista diz que a escola deve ensinar a dizer *Os livro*? Não. Nenhum linguista propõe isso em lugar nenhum (desafio os que têm opinião contrária a fornecer uma referência). Aliás, isso não foi dito no tal livro, embora todos os comentaristas digam que leram isso.

O linguista não propõe isso por duas razões: a) as pessoas já sabem falar os livro, não precisam ser ensinadas (observe-se que ninguém fala o livros, o que não é banal); b) ele acha – e nisso tem razão – que é mais fácil que alguém aprenda *os livros* se lhe dizem que há duas formas de falar do que se lhe dizem que ele é burro e não sabe nem falar, que fala tudo errado. Há muitos relatos de experiências bem sucedidas porque adotaram uma postura diferente em relação à fala dos alunos.

#### NENHUMA NOVIDADE

Para fazer a denúncia das aventuras de Palocci (para ficar em um exemplo paradigmático), um jornal conta ao leitor que analisou documentos, fez cálculos etc. Nos dias seguintes, revela mais detalhes, cita os desmentidos, os desmentidos dos desmentidos, novos nomes, novos números. Retoma-se o caso Francelino (reconstrói-se uma memória “agravante”) etc.

Suponhamos que a mídia tratasse da mesma forma o caso *livro do MEC*. Em uma página, encontra duas ou três passagens das quais suspeita. Então, lê o capítulo, depois, lê o livro. Acha que tem alguma coisa estranha. Vai mais fundo: considera o fato de que se trata de um livro aprovado e distribuído pelo MEC. Obviamente, querera saber se há mais algum

implicado. Analisa outros livros de português abonados pelo Ministério. Encontra coisas semelhantes, pelo menos em um capítulo em cada manual. Desconfiada, porque nunca ouviu falar disso (só conhecia o manual da redação), decide investigar se é coisa do PT. Avança sobre os livros de português distribuídos no governo anterior, na certeza de que não encontrará nada disso (imagina!). Mas encontra. Tenta descobrir que conversa é essa.

O repórter pede uma diária extra, ou pede socorro à sucursal e ganha um reforço (parece ser coisa que vale a pena...). Leem os *Parâmetros Curriculares*, do primeiro governo FHC (e que são um pouco confusos, mas deixa pra lá). Encontram passagens como “*A discriminação de algumas variedades linguísticas, tratadas de modo preconceituoso... Por isso mesmo, o preconceito linguístico...*”. Ficam apavorados. Verificam quem são os culpados. Consultam a bibliografia e encontram uma lista de autores, nacionais e estrangeiros, uns mais antigos, outros mais recentes. Dão umas googladas (*linguistic prejudice* etc.). Acham os temas meio complicados! Incrédulos, conferem os “créditos”: Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso (continuará comunista?). Ministro da Educação: Paulo Renato Souza.

Como têm interesse em apurar a verdade, procuram Paulo Renato, que foi o “ministro dos PCNs”. Querem entender melhor essa coisa estranha. Ele informa que vários dos que trabalharam na elaboração dos Parâmetros são paulistas, e fizeram um trabalho semelhante durante o governo Montoro (um petista doente!). Basta ir à CENP, órgão da Secretaria da Educação do Estado, e ver os documentos, ele diz. Vão. Descobrem os textos do Projeto IPÊ (como são radicais!), que foram distribuídos a todas as escolas do Estado, distribuição seguida de numerosos cursos para professores de português, em diversas cidades do Estado e, na capital, para coordenadores pedagógicos e coordenadores da área. Está escrito: Governador: Montoro; Secretário da Educação: Paulo Renato. Dois criptocomunistas, eles pensam. Mas era apenas o primeiro governo democrático do Estado depois dos interventores!

Na CENP, encontrarão também, e lerão (acredito na imprensa livre e objetiva!), uma PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA - 1º GRAU. Descobrem que é mais radical do que *o livro do*

*MEC*. E que o documento é de 1991. Governador? Fleury Filho, notório esquerdista. Secretário de Educação? Fernando Moraes (escreveu *A Ilha*, xii!!), um dos que falaram mal do livro do MEC na ISTOÉ da semana. Pode-se supor que leu pelo menos o documento da Secretaria que comandava, secretário competente e responsável que era.

No intervalo, leem reportagem da FSP, ao lado da qual está um texto claríssimo de Thaís Nicoletti. Decidem não levar em conta (concluem que a FSP também está recheada de comunas). Souberam de um artigo de Hélio Schwartzman na *Folha.com*, que disseminava as ideias stalinistas de Noam Chomsky (ele se chama Avram Noam, é suspeito!) e as leninistas de Steven Pinker. Não gostam; sentem-se mais confortáveis com Augusto Nunes e Alexandre Garcia.

Poderão ler também *Criatividade e gramática*, assinado por Carlos Franchi, que é de 1998 (o governador era o xiita Mário Covas e a Secretária da Educação, a maoísta Teresa Neubauer da Silva!), um documento dirigido a professores, que, entre outras coisas, reduz a pó algumas análises gramaticais que fazem sucesso, por serem simples... e erradas (pode-se demonstrar, não é questão de ideologia, e dizem respeito a categorias como advérbio, sujeito, não à variação linguística, esse tema de extrema esquerda). Do mesmo autor, poderão ler um fascículo breve, menor que o registro de uma empresa, eu acho (mas nunca vi um), chamado *Mas o que é mesmo "gramática"?*, capaz de desasnar uma pessoa (que o deseje) em pouco mais de uma hora.

Na CENP, alguém lembra vagamente que houve um primeiro movimento nessa direção já durante o governo do amigo de comunistas, Paulo Egydio (que o seguinte, de Paulo Maluf, enterrou; ele gostava mais da ROTA). Pedem reforço. O jornal poderia enviar um especialista como faz quando o furo (barriga?) é relativo a um tema um pouco menos óbvio?

Por que este caso não foi rastreado? Por que a mídia tratou de uma tese antiga como se fosse um fato novo, do ano?

EPPUR...

Freud disse que o homem sofreu três feridas em seu narcisismo: a descoberta de que a Terra (portanto, o homem) não está no centro do Universo, a teoria da evolução das espécies (não fomos criados diretamente por Deus) e a descoberta do inconsciente (fatores que não conhecemos nos “determinam”).

Talvez se possa dizer que a antropologia e a linguística produziram outra ferida em nosso narcisismo. Descobriu-se que não é verdade que as sociedades que foram qualificadas de primitivas não tinham leis ou regras. Logo, não há “primitivos”. Eles não viviam nem vivem como bichos (não têm fé, nem lei, nem rei...). Também não é verdade que as línguas “deles” são simples. Eles não grunhem! Eles falam seguindo gramáticas complexas e outras complexas regras “contextuais”. Só a total ignorância pode manter vivos erros vulgares como estes (que, para muitos, continuam válidos não só para os primitivos, mas também para o povo).

Nas últimas semanas, ouviu-se troar a ideia de que estaremos perdidos porque se aceitam “os livro” e “os menino pega” (não se sabe de onde tiraram o verbo “aceitar” para casos assim, como já disse mais acima). Os que pensam que dizem “os livros” (a forma representa metonimicamente uma língua sempre “correta”) acham que os outros não pensam, mas não citam nenhuma fonte sobre as relações língua/mente que lhes desse razão. Ora, tem sido constante a demonstração de que se pode pensar independentemente de línguas ou dialetos. A filosofia e a ciência elaboradas em diferentes línguas o demonstram há séculos. E as numerosas traduções o comprovam – apesar de algumas traições (que, às vezes, melhoram o original). Pensar não depende de pingar um “s” aqui e um “r” ali (o que se demonstra todos os dias).

O venerável Alberto Dinnes proferiu duas barbaridades em programa de TV que discutia a questão: igualou escrever **certo** a escrever **bem** (citava Otto Lara Resende) e disse que *Os livro* põe em risco a compreensão. Tenho certeza de que Dinnes compreende *os livro*. Não estou “aceitando”, estou dizendo que é uma forma com sentido e que um sujeito como ele certamente



a compreende. Insisto: errou feio quando traduziu “escrever bem” por “escrever ‘certo’”.

A peste que a linguística “leva” (Freud afirmou que estava levando a peste aos EUA, quando foi lá fazer suas conferências) provoca engulhos nos que pertencem à nossa *élite* intelectual, porque falariam certo (mas não falam, como se pode ver no final): ouço alguns deles todas as semanas, na TV; outros, esporadicamente; outros, conheço ao vivo).

Os que disseram que a Terra girava segundo leis diferentes das que constavam nas “gramáticas celestes” da época foram ameaçados com a fogueira pelos que tinham certeza de que sabiam como era o cosmos. Também houve muitas perseguições a defensores das teorias evolucionistas. Os linguistas não correm riscos idênticos, claro (imagino!). Por enquanto, só estão sendo ameaçados com manuais bem leves e listas de erros.

“Eles” pensam que a mudança da língua acabou. Que, finalmente, o português completou seu ciclo, ficou “certo”. Até “etimologistas”, que listam exatamente mudanças (que não explicam), acham que a língua parou de mudar agora. Estava esperando por eles! *Eppur, si muove*.

#### ESQUERDA?

A burrada das burradas foi a insinuação de que o tal livro seria a defesa da fala “errada” de Lula. Ora, este tipo de estudo se faz há 200 anos, desde as gramáticas históricas, logo seguidas pelos estudos de dialetologia e pela escola variacionista. Muitos brasileiros escreveram sobre o tema bem antes dos atuais linguistas (mas ninguém conhece a bibliografia!!).

Outros acharam que as posições “em favor” da variação linguística são de esquerda. Ora, não são! Se lessem *Economia das trocas linguísticas*, de Pierre Bourdieu, ou a *Introdução à sociolinguística*, de Marcellesi, por exemplo, veriam a diferença (mas eles não leem!). Os “esquerdistas” chegam a detestar os estudos variacionistas. Consideram-nos funcionalistas, vale dizer, burgueses.

Por que defender esta abordagem, então? Porque ela permite que os estudos de língua cheguem pelo menos à era baconiana.

## SEM LER

O jornalismo nativo teve uma semana infeliz. Ilustres colonistas e afamados comentaristas bateram duro em um livro, com base na leitura de uma das páginas de um dos capítulos. Houve casos em que nem entrevistado nem entrevistador conheciam o teor da página, mas apenas uma nota que estava circulando (meninos, eu ouvi). Nem por isso se abstiveram de “analisar” e de opinar. Só um exemplo, um conselho e uma advertência que estavam na página foram considerados. Além disso, dos retalhos se fez uma leitura enviesada (que até pode ser defendida a partir do recorte isolado, mas não se considerado o capítulo integral). Se tais comentadores fossem submetidos ao teste de leitura PISA, a classificação do país seria pior do que a que tem sido.

O que disseram eles? Que o MEC distribuiu um livro que ensina a falar errado; que defende o erro; e que alimenta o preconceito contra os que falam certo.

E o que diz o capítulo?

a) que há diferenças entre língua falada e escrita. É um fato óbvio, não é? Quem não acredita pode ouvir os próprios críticos do livro em suas intervenções faladas, que estão nos sites (esta não é uma crítica: eles apenas abonaram a *constatação* do livro);

b) que cada variedade da língua segue regras diferentes das regras de outra variedade. O que também é óbvio. Qualquer um pode perceber, para ficar no caso mencionado, que *os livro, as casa, as garrafa, dez real* seguem uma regra, isto é, um padrão. São construções regulares: plural marcado no primeiro elemento e não marcado no segundo. É algo que se constata *ouvindo* ou *olhando*, como se constata que pássaros têm bico e que tucanos têm bico desproporcional. Ninguém dirá que o bico está errado; todos os tucanos têm bico igual, é seu bico regular, seu bico “certo”;

c) que há diferenças importantes entre língua falada e escrita, e elas não se restringem a formas gramaticais, mas atingem também as maneiras de organizar textos (um bom teste é alguém gravar sua fala, e depois

transcrever; quem pensa que fala como escreve levará sustos);

d) que na fala e na escrita há *níveis diferentes*: não se escreve nem se fala da mesma maneira com amigos e com autoridades (basta ouvir jornalistas, que são cultos, falando entre si e com seus convidados; ouvi dados notáveis durante a semana: “onde *fica as leis* da concordância?”, “a língua é onde *nos une*”, por exemplo –falas nos estúdios!);

e) deve-se aprender as formas cultas da língua: todo o capítulo insiste nessa tese (é bem conservador!) e, especialmente, todos os exercícios propostos pedem a conversão de formas faladas ou informais em formas escritas e formais.

O que mais se pode querer de um livro didático? Então, por que a celeuma? Tentarei compreender. Foram três passagens do texto (insisto, estão todas na mesma página!) que causaram a reação. O restante não foi comentado. Podiam ter selecionado, por exemplo, a seguinte passagem:

Como a linguagem possibilita acesso a muitas situações sociais, a escola deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes, para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando for necessário. [...] A norma culta existe tanto na linguagem escrita como na linguagem oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta. Algo semelhante ocorre quando falamos: conversar com uma autoridade exige uma fala formal, enquanto é natural conversarmos com as pessoas de nossa família de maneira espontânea, informal.

Uma questão é relativa ao conceito de regra: quem acha que gramática quer dizer gramática normativa toma o conceito de regra como lei e o de lei como ordem: deve-se falar / escrever assim ou assado; outras formas são erradas. Ora, o conceito de regra / lei, nas ciências (em linguística, no caso), tem outro sentido: refere-se à regularidade (matéria atrai matéria, artigo vem antes de nome, verbos neológicos são da primeira conjugação e são regulares etc.). *Os livros* segue uma regra. E uma gramática é um conjunto de regras – nisto todos concordam. Mesmo as gramáticas lidas apenas como normativas contêm descrições. Só que ninguém discute se

é adequado manter a nomenclatura gramatical em vigor, embora ela pareça a tabela periódica de Aristóteles (seus elementos são terra, ar, água e fogo! Quem acredita nisso ainda?). O leitor do capítulo deve entender “regra” no sentido de regularidade; caso contrário, não entenderá esta página.

Outra passagem “problemática” é a resposta “pode” à pergunta se se pode dizer *os livro*. “Pode” significa possibilidade (pode chover), mas também autorização (pode comer buchada). Na referida página, “pode” significa “é possível” (os dados mostram que é  **muito** possível), mas, claro, também pode (!) ser lido como autorização. Foi esta interpretação que gerou as reações. Além disso, comentaristas do livro leram “pode” como “deve”. E disseram que o livro (o MEC) está ensinando errado, que o errado agora é certo etc. Um belo simulacro!

A terceira passagem que os comentários atacaram foi a advertência de que, conforme o contexto, quem diz *os livro* pode ser vítima de preconceito linguístico. Muitos acham que não há preconceito linguístico. Mas a celeuma permite ver não só que existe, como que está vivíssimo. Uma amostra foi a associação da variedade popular à possibilidade de ela pôr em risco a comunicação. São dois erros: achar que “eles” não se comunicam e que “nós” não entendemos *os livro*. Houve quem dissesse que o português “correto” é uma espécie de linha de chegada da evolução – o que mostra não só que se leu errado esse livro, mas também Darwin. Outro disse que a escrita (!) separa os homens dos animais. E não corou!

O que esse discurso quer dizer é que “eles” não pensam direito, isto é, não pensam como nós. O curioso é que os comentaristas são todos letradíssimos, bi ou trilingües. Mas não se dão conta de que um inglês sofisticado diz THE BOOKS, e que a falta de uma marca de plural não constitui problema; que um francês sofisticadíssimo diz LE LIVR(e), para a escrita *les livres* (não me digam, por favor, que eles dizem LES LIVRES!) e que a falta dos “ss” não impede a veiculação do sentido ‘mais de um’.

Mas o pior não foi a negação do preconceito: foi a leitura segundo a qual o livro estimula o preconceito contra os que falam “certo”. O discurso é digno da escola Bolsonaro, embora em outro domínio: é que o nobre deputado entende a defesa dos homossexuais como um ataque aos

heterossexuais. Um gênio da hermenêutica!

Mas há um problema ainda mais grave do que todos estes. De fato, ele é sua origem. Eles não defendem a gramática. Nossos “intelectuais” não conhecem gramáticas. Nunca as leram inteiras, incluindo as notas e citações, e considerando as discordâncias entre elas (acham que as adjetivas explicativas são as que “vêm” entre vírgulas!). Eles conhecem manuais do tipo “não erre” (manuais de redação etc.), que são úteis (tenho vários, para usar, mas também para rir um pouco) como ferramentas de trabalho em certos ambientes, em especial para defensores da norma culta que não a dominam.

São livros do gênero “receita”, mas tomados como se fossem (os únicos) tratados de culinária. Ora, basta comparar! Mas talvez não se possa esperar de quem não foi capaz de ler uma página ou um capítulo de um livro que leia uma gramática.

#### QUANDO ENSINAR?

Os pronunciamentos mais “avançados” sobre a questão admitiam o fato da variação linguística, mas defendiam que esta é uma questão para ser discutida ou estudada nos cursos de letras. A tese, se levada a sério e aplicada a outros domínios, implicaria que não se deve ensinar ciências “antes” da faculdade... Exagerando um pouco, a tese equivale a ensinar às criancinhas que papai Noel e duendes existem, e só mais tarde – quando o perigo passar! – pode-se discutir o caráter comercial do Natal ou a necessidade de evidências para a sustentação de todas as teses.

Trata-se do medo de que, se os alunos ficarem sabendo que estruturas como “os livro” seguem regras (não são apenas erros), então eles não teriam razões para aprender a escrever ou dizer “os livros”, o que é uma grosseira avaliação dos fatores sociais que condicionam o emprego das diversas formas de uma língua, por um lado, e da aceitação de uma banalíssima psicologia (uma variante simplificada do behaviorismo). Mudando de campo, seria como imaginar que estudar cobras funciona como um estímulo para sua criação ou que estudar as savanas implica tentar viver nelas.

## ELES O CONFIRMAM

Era engraçado, digamos, ouvir com algum cuidado o que diziam pessoas cuja posição era duramente (às vezes, raivosamente) contrária à tese que elas liam no livro em questão. Confirmavam que a variação é um fato. Exemplos: Alexandre Garcia começou um comentário irado sobre o livro em questão, no programa **Bom Dia, Brasil** da seguinte maneira: “quando eu TAVA na escola...”. Uma carta de leitor que criticava a forma “os livro” dizia “ensinam os alunos DE que se pode falar errado”. Uma professora entrevistada que criticou a doutrina do livro disse “a língua é ONDE nos une”. Monforte perguntou “Onde FICA as leis de concordância?”.

Ou seja: abonaram a tese do livro que estavam criticando. Mas, provavelmente, acham que falam sempre corretamente! Não se dão conta do que acontece com a língua DELES mesmos!!

Submetido em: 19/10/2011

Aceito em: 07/11/2011